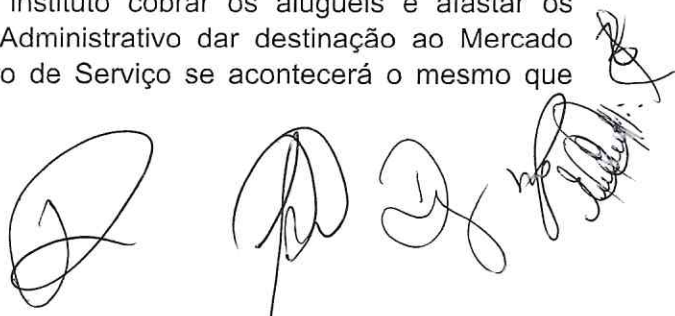


**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPMM**

Aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte um, às treze horas e trinta minutos, na sede do IPMM, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Administrativo da autarquia, após convocação da presidente do colegiado, senhora Maysa Pimentel Dzus, com a seguinte pauta: apreciação da ata da reunião anterior; apreciação das contas do IPMM referentes ao exercício 2020; apreciação de minuta de resolução que cria o Programa de Pré e Pós-Aposentadoria no IPMM; análise de viabilidade de compra de imóvel para futura sede própria do IPMM; e assuntos gerais. O presidente iniciou a fala mencionando a prestação de contas do ano de 2020, destacando que a receita por fonte de recurso, especificadamente o aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS é de aproximadamente R\$ 116 mil. A contribuição para o RPPS é na ordem de R\$ 19 milhões e a taxa de administração R\$1,2 milhões aproximadamente. Apresentou a receita patrimonial de 2020, R\$ 4 milhões, e destacou que atualmente os gastos com a folha ficam em torno de um R\$ 1,6 milhões mensais. Destacou que o IPMM fechou o ano com, 322 aposentados, e que neste foram concedidas 34 aposentadorias, de um total de 60 nos últimos dois anos. Informou que a carteira de investimento fechou o ano com R\$ 36 milhões. Esclareceu que mensalmente ainda não somos superavitários. Mas, que em janeiro foi pago todo o patronal e se a prefeitura pagar o aporte, a meta é não mexer mais nas aplicações. O Conselho Administrativo, então, aprovou as contas de 2020 na íntegra. Na sequência falou da necessidade de uma consultoria, que o assunto passou pelo Comitê de Investimentos, e a intenção é fazer uma tomada de preços, técnica e preço para garantir a qualidade, e que serão definidos critérios para garantir um trabalho eficiente. Destacou a conquista da CRP que permanece por seis meses para posterior renovação. O presidente também falou da nova alíquota de 14% que será cobrada em maio e da sinalização do governo municipal em pagar a parte patronal de forma integral. Trouxe também para conhecimento a situação dos terrenos que estão em negociação para pagamento de dívidas da prefeitura com o IPMM. Que o desmembramento do centro de Serviço já foi publicados 3 vezes e que do Tutão será publicado também. O Mercado municipal passara na câmara e que saiu na imprensa, informações desconexas. Destacou que o imóvel somente poderá ser utilizado para pagamento de benefícios. Maysa perguntou se poderia ser utilizado, o que Francisco destacou que o imóvel não pode ser utilizado em outra finalidade a não ser pagamento de benefício, conforme preconiza a Lei 2103 de maio de 1996. Ressaltou que o déficit mensal do IPMM é 300 mil, e que o mercado municipal será avaliado para dar baixa na dívida. Os três imóveis são em dívida patronal que deverá ser utilizado para pagamento de benefício. O presidente destacou sobre o projeto de dação em pagamento dos aportes da prefeitura por meio do terreno da antiga Master, e que isso dá divergência, a atualização do imóvel hoje está maior do que no projeto original de dezembro de 2019. Falou que foi convidado para participar de uma reunião na Câmara de Mafra sobre a transferência do terreno da Master, foram discutidas também questões referentes a atualização do terreno, possibilidade de venda, amortização de aportes. Jaqueline destacou que talvez seja possível a venda através de leilão. Maysa e Eroni comentaram sobre a possibilidade de apoio da prefeitura para realizar a venda do terreno. O presidente comentou sobre o TAC do Ministério Público, que trata do Mercado Municipal, que menciona a necessidade do instituto cobrar os aluguéis e afastar os ocupantes, e em conjunto com o Conselho Administrativo dar destinação ao Mercado Municipal. Jaqueline perguntou sobre o Centro de Serviço se acontecerá o mesmo que



com o Mercado Municipal. O presidente informou que a situação está na justiça. Maysa destacou que se a prefeitura quiser utilizar o espaço, deverá pagar. O presidente falou do concurso para assessor jurídico e contador, originário de TAC do MP. Segundo o presidente o cargo deve ser criado com 20 horas para contador. Isso não depende do IPMM, mas da iniciativa do prefeito de criar os cargos, contudo já há o diálogo para isso se concretizar. Outro ponto da pauta foi o programa de pré e pós-aposentadoria, o qual tem por objetivo preparar as pessoas para se aposentar e utilizar o programa para sanar dúvidas por meio de eventos esclarecedores, cartilhas, etc. Citou o município de Balneário Camboriú, que está com boas práticas neste sentido, bem como abordar situações financeiras. O presidente demonstrou a resolução que trata do programa do IPMM e submeteu a deliberação, o qual foi aprovado na íntegra. Dircélia perguntou se os ativos são alertados sobre os triênios e quinquênios, porque o servidor muitas vezes não sabe da realidade financeira que irá vivenciar após a aposentadoria. O presidente sinalizou que existe essa orientação. Presidente destacou que no último mês houve a possibilidade de aquisição parcelada de um imóvel, para possível sede própria do IPMM. Destacou que atualmente sente a falta de local adequado para o arquivo e demais servidores do IPMM, bem como enfrenta uma estrutura que deixa a desejar na parte administrativa. Quanto à análise de imóvel para futura sede própria do IPMM, o Conselho sinalizou que a diretoria do instituto pode iniciar tratativas para estudo mais aprofundado de imóveis, para posterior deliberação do Conselho. Sobre o Censo, o presidente destacou que deverá ser feito este ano, e que assim terá um Cálculo Atuarial mais preciso. Nada mais havendo para tratar, foi lavrada a presente ata, assinada por todos os abaixo nominados e referenciados.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

MAYSA PIMENTEL DZUS (PRESIDENTE)

DIRCELIA PILZ MAZUR

JAQUELINE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

ROSEMARI BARBOSA

JAQUELINE SCHULTZ

ERONI TEREZINHA MACHADO

CLAUDIO RAFAEL PIASKOWSKI